

## **Projeto de Lei nº 2.646, de 19 de maio de 2020**

Dispõe sobre as debêntures de infraestrutura, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, a Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012 e dá outras providências.

### **EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao **art.15** do substitutivo apresentado ao PL nº 2.646, de 2020, a seguinte redação:

**Art.15.** A Receita Federal do Brasil, em conjunto com os ministérios supervisores das áreas em que os investimentos são realizados, fiscalizará a adequação dos benefícios fiscais mencionados no art. 2º desta Lei e no art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, sujeitando os infratores a eventuais autuações e penalidades.

### **Justificativa**

Propõe-se com esta emenda que a adequação dos benefícios fiscais concedidos à captação de recursos financeiros para investimentos em infraestrutura e em produção intensiva em P&D seja fiscalizada não apenas pela Receita Federal do Brasil, mas também pelo ministério que supervisiona a área em que os investimentos objeto dos benefícios são realizados.

**Dep. Bohn Gass – PT/RS**



Assinado eletronicamente, por delegação do(a) Dep. Bohn Gass e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210896833600>





## **Emenda de Plenário a Projeto com Urgência** **(Do Sr. Bohn Gass )**

Dispõe sobre as debêntures de infraestrutura, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, a Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012 e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD210896833600, nesta ordem:

- 1 Dep. Bohn Gass (PT/RS) - LÍDER do PT      \*-(p\_7828)
- 2 Dep. Danilo Cabral (PSB/PE) - LÍDER do PSB      \*-(p\_7204)
- 3 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT

\* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

